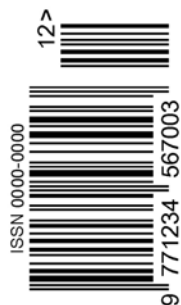


ISSN 2238-7706

SUPER Uni

Ano 1 – n. 1 – julho a dezembro de 2012

O Desafio da Pós-Graduação



Graduação em **Artes Visuais** Com ênfase em animação

3D

O impulso que faltava à sua carreira

Técnicas avançadas
de animação 3D voltadas
à criação de personagens
e animação tridimensional



Faculdade
MAUÁ

Parceria tecnológica

Autodesk





Ano 1 – n. 1 – julho a dezembro de 2012
Brasília – DF – Brasil



Publicação trimestral pela Faculdade Mauá de Brasília

ISSN 2238-7706 – 2012

A SuperUni é especializada na publicação de material científico da comunidade acadêmica do Distrito Federal

Instituto Mauá de Pesquisa e Educação Ltda
Setor Habitacional Vicente Pires, Rua 4-C, ch. 12, CEP:72110-600
Taguatinga – Brasília – DF
Tel: (61) 3397-5251
Endereço eletrônico: superuniversitaria@mauadf.com.br

Expediente

Faculdade Mauá de Brasília (MAUÁDF)

Diretora-Geral

Dilcia Teles Lima

Conselho Editorial

Antonio Ferreira Lima
Faculdade Mauá de Brasília
Evilásio Vitorino de Castro Assunção
Faculdade Mauá de Brasília
Alfredo Neto de Jesus Luz
Faculdade Mauá de Brasília
Júlio César Benedito
Faculdade Mauá de Brasília
Felipe Alves Leitão
Faculdade Mauá de Brasília

Conselho Consultivo

Letras

Roseli Pioli Zanetin
Faculdade Anhanguera/São Paulo – Doutora
Augusto Luitgards
Universidade de Brasília - UNB – Doutor

Administração

Rubem Boff – FAE
Faculdade das Águas Emendadas - Doutor
Alceu de Amorim Von-Held
IESB/Brasília - Especialista
Sérgio Roberto Porto de Almeida
Doutor

Direito

Analice Cabral – Especialista
Faculdade Mauá de Brasília

Educação Física

Arlson Fernandes de Sousa - Mestre
Faculdade Mauá de Brasília
Marcus Tullius de Paula Senna – Mestre
Faculdade Mauá de Brasília

Diagramação e arte

Jovailton Vagner

Gráfica

RG Mídia

Tiragem

3 mil

Informações Gerais

Este periódico é especializado na publicação de material científico de autoria de graduandos, de profissionais e de docentes vinculados à Faculdade Mauá de Brasília ou a outras instituições de ensino superior, interessados na divulgação de sua produção acadêmica. O conteúdo dos artigos não representa, necessariamente, os pontos de vista dos organizadores.

Editorial

Mais um passo

A publicação da SuperUni marca uma nova etapa na história acadêmica da Faculdade Mauá de Brasília. Sua proposta é abrangente e tem como princípio a interação entre os vários segmentos da comunidade acadêmica interna e da MauáDF com as outras instituições de ensino superior do Distrito Federal.

Na dimensão interna, isto é, em relação aos estudantes, docentes e funcionários técnico administrativos, a revista funcionará como canal de disseminação de conhecimentos, informações e experiências. Por meio de suas páginas, os professores poderão publicar os resultados de seus experimentos e de sua produção acadêmica. Ao mesmo tempo, os alunos terão a oportunidade e o desafio de produzir materiais com alta qualidade, para disputarem a seleção pelo Conselho Editorial. Para ambos os atores, docentes e discentes, trata-se de uma oportunidade ímpar de enriquecimento curricular.

Por outro lado, na dimensão externa, este primeiro número inaugura um momento de comunicação da MauáDF com as outras instituições, no qual os docentes poderão intercambiar publicações e, assim, aprimorarem seus conhecimentos e ampliarem o alcance de sua produção acadêmica. Este é o marco de inúmeros eventos interinstitucionais que, certamente, virão no futuro. Que sejam bem vindos e que esta publicação cumpra seu desiderato, em favor da cultura de nossa comunidade.



Prof. Antônio Lima
Diretor do Conselho Editorial

Sumário



Nesta edição o destaque é o artigo que trata dos desafios do financiamento dos programas de Pós-graduação no Brasil



Financiamento: desafio da pós-graduação6
Como alternativa, a criação de entidades associativas privadas formadas e geridas por professores, cientistas e especialistas com o objetivo central de promover a pesquisa, o ensino e o desenvolvimento tecnológico...



Doenças crônicas não transmissíveis e excesso de peso em professores de escolas públicas do DF12
Este estudo busca verificar a relação entre a prevalência de DCNT e sobrepeso e obesidade em professores de escolas públicas do DF...



Mutação constitucional16
Normatização de fenômenos pelos quais os textos constitucionais são alterados sem revisões ou emendas...



Normas de publicação para SuperUni21
Regras e formatações das publicação e divulgações de artigos científicos das áreas relacionadas à educação superior...

Financiamento: desafio da pós-graduação

Antônio Ferreira Lima, Mestre em Administração,
professor da Faculdade Mauá de Brasília.

Resumo:

Este texto defende a necessidade de que se busquem mecanismos gerenciais alternativos ao modelo burocrático tradicional importado pelas universidades do modelo estatal por conta de sua natureza pública e sugere, como alternativa, a criação de entidades associativas privadas formadas e geridas por professores, cientistas e especialistas com o objetivo central de promover a pesquisa, o ensino e o desenvolvimento tecnológico em suas respectivas áreas de atuação e, subsidiariamente, financiar os programas de graduação e Pós-Graduação.



Antônio Ferreira Lima,
Mestre em Administração
pela Universidade
de Brasília, professor
da Faculdade Mauá
de Brasília.
toni@mauadf.com.br

Introdução

O atual Governo brasileiro, investiu em torno de US\$ 50 milhões em programas de bolsas de estudo, no âmbito da política global de ciência e tecnologia do país, numa trajetória crescente, da ordem de 10% a 15% ao ano, a partir de 1995. Contudo, nada obstante o esforço do governo no campo da capacitação técnica, os programas de pós-graduação das universidades públicas brasileiras enfrentam dificuldades estruturais graves. Recortes orçamentários limitam recursos e levam os pesquisadores a

atrasarem seus trabalhos ou desistirem deles incapazes, salários defasados e incompatíveis com a titulação dos profissionais provocam greves e uma verdadeira revolta de bons pesquisadores e professores para países desenvolvidos. Para agravar o quadro de escassez de recursos, o Brasil vive um momento de questionamento em torno do papel da universidade no contexto social, um verdadeiro descompasso entre universidade e sociedade (Duarte, 1990, pp. 19-21), o que, por si só, já é suficiente para provocar contingenciamento de recursos por parte dos governos e entidades mantenedoras destas instituições, inclusive com a transferência de recursos

para programas sociais de outras naturezas ou modalidades de ensino diversas. A sociedade anseia que o trabalho acadêmico ultrapasse os muros das universidades e se traduza em melhoria da qualidade de vida e na facilitação do acesso da população ao círculo cada vez mais fechado do conhecimento.

Este trabalho sugere, como objetivo geral, a necessidade da busca de mecanismos de financiamento capazes de superar os hiatos orçamentários das entidades públicas de ensino superior, apresentando-se como alternativa estratégica para o enfrentamento das ameaças ambientais e, especificamente, estuda alguns aspectos genéricos do surgimento de instituições autônomas de pesquisa, ensino e desenvolvimento tecnológico no seio dos departamentos de algumas universidades e que, mesmo indiretamente, representam um meio de custeio de seus programas de graduação e pós-graduação, uma vez que os impactam positivamente.

Como metodologia utilizamos a técnica da entrevista, direcionada com o uso de formulários abertos e fechados, complementada por pesquisa bibliográfica.



As Entidades

As fundações/institutos autônomos de pesquisa são, via de regra, entidades de direito privado criadas por professores e especialistas das instituições de ensino superior sem intervenção ou participação formal delas, com o objetivo de apoiar o

ensino, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico nos seus respectivos campos de investigação. Subsidiariamente, entretanto, o fator financeiro pesa, na medida em que o trabalho docente, carente de capital e insumos próprios das instituições de ensino, esbarra em percalços orçamentários de toda ordem, evidenciando a necessidade de meios alternativos de fomento. A criação de entidades privadas se apresenta como opção estratégica para minimizar as ameaças do entorno ou meio ambiente onde se inserem, na medida em que elas, por sua natureza, não estão sujeitas aos mecanismos de controle e gestão típicos ambientais assegurando a agilidade administrativa de que necessitam os pesquisadores para acompanhar as transformações decorrentes da revolução tecnológica, naturalmente imprevisíveis e céleres, no momento em que ocorrem, dando assim oportunidade de a universidade adaptar-se dentro de seu ritmo natural, sem prejuízo da pesquisa ou risco de perda das oportunidades que se apresentem.

Uma vez que as entidades não recebem repasses orçamentários das universidades, desenvolvem elas mesmas seus mecanismos de custeio, extremamente singelos. Trata-se da venda de serviços de consultoria e da prestação de serviços altamente especializados nas respectivas áreas de conhecimento, - desde administração até pesquisa básica ou inovação tecnológica - ou do desenvolvimento de produtos ou serviços e de convênios/contratos firmados com entidades mantenedoras, inclusive a própria universidade à qual se vinculam os professores/especialistas que disponibiliza, além de instalações e espaço físico, o indispensável referencial institucional.

O Impacto dos Recursos Provenientes das Fundações/Institutos

Os recursos provenientes das entidades autônomas de pesquisa contribuem sobremaneira para a melhoria da qualidade da relação ensino/aprendizagem na medida em que impactam positivamente os principais subsistemas acadêmicos: humano, de produção acadêmica e adaptativo e contribui, igualmente, para o processo de afirmação social da universidade, por promover o estreitamento das relações dela com o mercado onde se insere.



O Impacto sobre o Subsistema de Recursos Humanos

Os valores médios de remuneração de professores, especialistas e pesquisadores das universidades brasileiras, para os níveis iniciais da carreira, é desproporcional em relação ao esforço despendido na obtenção dos títulos que são exigidos pelas faculdades e à remuneração oferecida pelo mercado, nacional e internacional, segundo o *Correio Braziliense* de 26.05.96, um professor universitário, então com mais de 20 anos de carreira ganhava aproximadamente US\$ 1,700.00. A greve de 60 dias deflagrada em meados de 1996 em 41 das 42 Universidades Federais brasileiras ilustra bem a tensão causada pela baixa remuneração. Esta falta de competitividade é prejudicial aos programas de pós-graduação e, conseqüentemente, para a formação da produção tecnológica nacional, por promover, ainda, a migração de profissionais para:

- a) instituições de pesquisa privadas, assim entendidas aquelas vinculadas a empresas ou grupos econômicos;
- b) outras carreiras profissionais mais rentáveis; e
- c) instituições de ensino ou pesquisa de outros países.

A criação de fundações/institutos, na medida em que compreendem uma possibilidade real de complementação de renda para pesquisadores, professores e outros profissionais direta ou indiretamente ligados aos projetos acadêmicos apresenta-se como alternativa criativa para a manutenção desses especialistas e cientistas nos quadros das universidades e a possibilidade de participação em eventos técnico-acadêmicos, contratação de professores visitantes, palestrantes e seminaristas e pessoal necessário aos serviços de apoio, sem os quais os programas poderiam se ressentir de falta de operacionalidade ou profundidade de estudo.

Impacto sobre o Subsistema de Produção Acadêmica

Estrutura Física

A própria natureza das instituições públicas de ensino no Brasil determina que sejam respeitados rigorosos rituais licitatórios como condição necessária a aquisição de bens de seu ativo permanente e mesmo para a compra de material de uso e consumo. Conseqüentemente, duas disfunções se verificam quando da necessidade de aparelhar ou modernizar os laboratórios ou as instalações dos cursos:

- a) extrema demora na aquisição dos bens, em detrimento da continuidade da pesquisa ou da qualidade dos cursos; e
- b) possibilidade de corte orçamentário durante o processo licitatório.

Figuras jurídicas como a cessão vitalícia de di-

reitos, a doação ou o comodato possibilitam que os institutos de pesquisa autônomos façam aportar no patrimônio da universidade, rápida e definitivamente os bens necessários – equipamentos do imobilizado, notadamente equipamento e programas de informática, móveis e instalações, material de pesquisa, uso e consumo, criação e manutenção de laboratórios, etc – contribuindo assim para uma redução do impacto dos hiatos orçamentários, sem embargos burocráticos de qualquer ordem e sem dificuldades legais para o cessionário, donatário ou comodatário, amenizando o quadro disfuncional indicado acima, de sérias consequências para as atividades que necessitam de estabilidade de fluxo de caixa.

O relacionamento mantido pelas instituições – universidade e fundações/institutos de pesquisa autônomo – geralmente é de estreita cooperação e benefício mútuo. O resultado final do esforço conjunto é a melhora das condições de ensino e aprendizagem, maior conforto para professores.

Alunos

Uma preocupação central dos alunos de graduação e pós-graduação é aproximar teoria e prática. Numa analogia, o aluno é apresentado, via de regra, ao cadáver de seu objeto de estudo, frio e inanimado, como que em uma aula de anatomia. Aprende e acostuma-se com a forma e função das *partes* do todo, na medida em que estuda. Quando, entretanto, é forçado a transpor conhecimento parcial a uma realidade dinâmica, interativa e altamente complexa, por conta mesmo do efeito sinérgico desta interação, as dificuldades se apresentam monumentais. A atuação de alunos nas fases de coleta de material, levantamentos de campo, análise de dados e mesmo atividades de consultoria e desenvolvimento de produtos e/ou serviços, ladeados de professores experientes, oferece-lhes uma oportunidade de aproximação com o dinamismo da realidade sem a responsabilidade direta pelos resultados do trabalho final, encargo dos professores/consultores.

Aliado ao benefício pedagógico vem a necessá-

ria remuneração, que, via de regra, configura-se como relevante fonte de recursos próprios do aluno de graduação e pós-graduação no custeio de seus estudos. Para cumprir seu dever de promover o ensino superior e a formação humana de seus alunos a universidade deve também, na medida do possível, estender a eles possibilidades de participação em programas de fomento que possam eventualmente contribuir para a solução de sensíveis problemas financeiros que acometem a alguns deles, senão a maioria.

O Impacto sobre o Subsistema Adaptativo

Mercado/Entorno

Crawford (1995, p. 36) afirma que à medida que novos empregos surgem do processamento de informações e dos serviços baseados em conhecimentos, o trabalhador das informações cresce em importância relativa na força de trabalho total. Aliada a esta tendência é de se assinalar a crescente complexidade dos postos de trabalho que exigem cada vez mais conhecimento especializado dos operários – noções de micro informática, eletrônica, inglês, etc -, independentemente de sua posição hierárquica, num contexto de agressividade comercial dos blocos continentais e crescente exigência de qualidade e baixo custo.

Exatamente nesta característica decorrente do processo de globalização e evolução tecnológica reside a principal vantagem competitiva dos institutos/fundações a que se refere este texto. O mercado assimila confiadamente o trabalho do instituto/fundação de pesquisa devido à sua proximidade com universidade e à convivência que, forçosamente, transfere, para a fundação, os valores e os traços culturais da universidade, reconhecidos pela sociedade e associados a ela – institucionalização (Viegas, 1978, p. 2).

O principal destes valores é a noção de que, na universidade situam-se os melhores cientistas e pesquisadores, homens de excelente titulação e imbuídos do ideal acadêmico de desenvolver o potencial humano independentemente de benefício econômico



Pós-graduação

proporcional. Assim, o mercado espera das fundações/institutos de pesquisa serviços de alta qualidade a preço acessível, os dois principais fatores de competitividade de nossa época.

Privados nas universidades, na forma de desenvolvimento de tecnologias que garantam vantagem mercadológica aos investidores. Cumpre à universidade selecionar os projetos de investimentos que conciliem os interesses acadêmicos e a função social dela aos anseios do empresariado, com o objetivo de reverter o percentual irrisório de participação privada no custeio do sistema universitário, como assinala Luiz Felipe Serpa, reitor da Universidade Federal da Bahia.¹

Alguns Obstáculos

A iniciativa de se criarem institutos de pesquisa no seio de departamentos específicos das universidades é antiga, mas esbarra, por vezes, no questionamento interno, como não poderia deixar de ser, em se tratando de universidades. Frequentemente estabelecem-se, entre outras, três dificuldades para a criação das entidades:

- a) uma confusão entre o desvirtuamento do papel da universidade e a busca de soluções gerenciais estratégicas às suas deficiências orçamentárias;
- b) possibilidade de má versação dos recursos da instituição com reflexos negativos sobre imagem da universidade e seu processo de institucionalização;
- c) vinculação da iniciativa à pessoa ou grupo fundador e seu desaquecimento com o processo natural de renovação de dirigentes;

- d) concentração dos resultados das pesquisas nos institutos/fundações em detrimento dos bancos de dados das universidades e, conseqüentemente, da disponibilização deles ao público em geral.

As ponderações, de qualquer ordem, devem ser observadas e instrumentos de controle devem ser desenvolvidos para, preventivamente, controlar os fatores facilitadores de quadros disfuncionais, jamais servir como mecanismos de emperramento das iniciativas de busca de meios alternativos de fomento às atividades acadêmicas. A natureza ou tipo destes instrumentos de controle refogem do objetivo deste trabalho e, obviamente, serão fruto do diálogo, respeitando as peculiaridades e singularidades de cada região ou país.

Conclusão

Nosso início de milênio acrescenta ao conjunto de fatores de produção um elemento novo: a capacidade de prospecção ou desenvolvimento da informação, matéria prima do conhecimento, e de trabalha-lo, direcioná-lo para o atingimento de objetivos. Essa decorrência da sociedade globalizada agrava, nos países em desenvolvimento, os efeitos dos processos concentradores de renda, dentre os quais, o mais pernicioso é a concentração da informação e do conhecimento, a elitização da inteligência e das oportunidades de progresso pessoal e nacional.

O aumento do número de empregos surgidos do processamento de informações e dos serviços baseados em conhecimentos, decorrente da inovação tecnológica, força a mudança do papel da universidade, redirecionando-o para acompanhar o crescimento da importância da pesquisa científica e técnica (Crawford, 1994, pp. 36-43) assim, a universidade assume papel de grande relevância nesta transição de modelos econômico e social e a própria sociedade, consciente disso, de maneira cada vez mais intensa questiona o desempenho destas insti-

¹ WEBER, Luiz Alberto e PECORELLI, Rosa. O ser ou não ser do Ensino Superior. *Correio Braziliense*. Brasília, 26.mai.1996, p.18.

tuições na redução das desigualdades, gerando um verdadeiro descompasso. Todorov e Borges (1996) afirmam que a modernização da universidade, para que contribua eficazmente para mudanças sócio-econômicas e promova o desenvolvimento humano, passa necessariamente pela discussão de seu papel na educação superior, com o estabelecimento de direitos e deveres individuais e coletivos das partes comprometido dos Estados com a educação de seus cidadãos. Os governos, por sua vez, reafirmam seus compromissos mas alegam que obstáculos orçamentários limitam sua ação no sentido de dotar as universidades de margens orçamentárias mais confortáveis e estabelece-se o impasse.

A criação de entidades autônomas de pesquisa como uma resposta possível a esta problemática é viável em qualquer segmento relativamente próximo do mundo econômico e das unidades empresariais de produção. A demanda de empresas por recursos para projetos de capacitação tecnológica vinculados à formação de técnicos e especialistas cresceu no Brasil, segundo o Min. José Israel Vargas (cit), de 3,5% em 1987 para 77% dos recursos do Programa de Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Tecnológico (Rhae) do Ministério da Ciência e Tecnologia, o que denota um grau de interação crescente entre as instituições acadêmicas e o setor de produção de bens e serviços da sociedade. As áreas demandadas, como assinala o Min. Vargas, são cruciais, por envolverem os chamados setores

portadores de futuro, aqueles onde a corrida tecnológica é mais acirrada e o acesso ao conhecimento é mais dificultado no nível internacional. São, entre outros, os seguintes:

- a) tecnologia industrial básica (metrologia, normalização, tecnologias de gestão, etc);
- b) desenvolvimento de produtos e processos;
- c) reestruturação produtiva decorrente de mudanças da base tecnológica ou reconversão industrial;
- d) química fina;
- e) materiais especiais;
- f) biotecnologia;
- g) engenharia industrial de precisão;
- h) informática; e
- i) micro e eletroeletrônica.

Universidades tradicionais têm apoiado estas iniciativas de grupos de professores de seus departamentos, firmando contratos e convênios de cooperação com as instituições resultantes, transformando-as, assim em extensões delas próprias, ainda que informalmente, porque não há liberdade de ensino ou que se falar em autonomia da universidade sem o necessário equacionamento das questões financeiras destas organizações e buscar soluções alternativas também configura um dever dos reitores e de todos quantos lidam com a vida acadêmica.

Referencias Bibliográficas

1. CRAWFORD, Richard. Na Era do Capital Humano. São Paulo, Atlas, 1994.
2. DUARTE, Arédio Teixeira. *Universidade e Sociedade, Superando o Descompasso*. Goiânia, Cegraf, 1990.
3. OLIVEIRA, Waldy Viegas. Formalismo e Institucionalização: Estudo sobre o BNH e o INCRA. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em administração pública. Brasília. UnB, 1978, pp. 01-08.
4. TODOROV, João Cláudio e BORGES, Mariza Monteiro. Universidade e Ensino Superior. *Correio Braziliense*. 27.set.p.17
5. VARGAS, José Israel. Recursos Humanos, Empresas e Tecnologia. Brasília. *Correio Braziliense*. 11.out.96, p.17
6. WEBER, Luiz Alberto e PECORELLI, Rosa. O ser ou não ser do ensino superior. *Correio Braziliense*. Brasília, 26.mai.1996, p.18

Doenças crônicas não transmissíveis e excesso de peso em professores de escolas públicas do DF



Arilson Fernandes Mendonça de Sousa

Afiliação: Mestre em Educação Física coordenador do curso de Educação Física da Faculdade MAUÁ-DF

Resumo:

Mudanças nos hábitos de vida, acarretados pelo comportamento sedentário, tem contribuído no aumento do excesso de peso e comprometido a saúde das populações com elevação na incidência de DCNT (doenças crônicas não transmissíveis). Este estudo busca verificar a relação entre a prevalência de DCNT e sobrepeso e obesidade em professores de escolas públicas do DF. O texto defende que Intervenções em saúde realizados no ambiente escolar podem favorecer a prevenção do ganho excessivo de peso, inatividade física e maus hábitos alimentares frente ao crescimento das DCNT contribuindo para saúde dos professores.

Palavras-chave: obesidade, saúde, professores.



Arilson Fernandes de Sousa

Mestre Faculdade Mauá de Brasília

arilson@mauadf.com.br

Introdução:

O Brasil está em franco desenvolvimento econômico, tecnológico, social e cultural (Brum, 1991 e Banco mundial, 2005), mas enfrenta a progressão da transição nutricional, caracterizada pela redução na prevalência das deficiências nutricionais e aumento expressivo das taxas de sobrepeso e obesidade (Mendonça e Anjos, 2004); e das transições demográfica e epidemiológica, com redução das taxas de nascimento e mortalidade e o aumento da expectativa de vida (BANCO MUNDIAL, 2005). Este contexto pro-

move mudanças no estilo de vida, nos hábitos alimentares, na composição corporal e na saúde dos indivíduos e da sociedade (WHO, 2004).

As mudanças sociais alteram também o perfil de morbidade e mortalidade da população, com um aumento significativo na prevalência das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). As DCNT causam impacto negativo no desenvolvimento social e econômico dos países tanto desenvolvidos como em desenvolvimento (WHO, 2003 e 2004; BANCO MUNDIAL, 2005). Entretanto, países em desenvol-

vimento enfrentam ainda uma segunda carga de doenças relacionadas à pobreza e às desigualdades sociais e, no Brasil, a dimensão territorial dificulta sobremaneira a implementação de programas abrangentes de prevenção de doenças e promoção da saúde (LESSA, 2004).

As DCNT representam um grande desafio à saúde pública brasileira e são desencadeadas principalmente pelas altas prevalências de sedentarismo, má alimentação, tabagismo, obesidade, hipertensão, diabetes, e colesterol alto (BRASIL, 2004 e BRASIL, 2006). Neste sentido, a prática regular de atividades físicas e a alimentação saudável são maneiras apontadas para prevenir o desenvolvimento das DCNT (WHO, 2003; WHO 2004; BRASIL, 2006).

Os professores são uma parcela produtiva importante para o País e representam um modelo de comportamento para os mais jovens. O estudo busca verificar a relação entre a prevalência de DCNT, sobrepeso e obesidade em professores de escolas públicas do DF.

Método

O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade de Brasília (nº 147/2006). A pesquisa foi realizada em uma região administrativa do Distrito Federal (DF) de baixo poder aquisitivo. Foram selecionadas por conveniência três das 14 escolas de ensino fundamental de Santa Maria-DF. Todos os professores destas escolas que cumpriam jornada ampliada (40h semanais) foram convidados e nenhum professor se recusou a participar da pesquisa. Os professores que estavam de folga ou de licença médica nos dias da realização da pesquisa não participaram.

Os professores assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e responderam

questionário com informações pessoais (idade, sexo e renda mensal) e questionário com questões objetivas sobre a presença de diagnóstico prévio de alguma DCNT (hipertensão, doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2).

A massa e a estatura corporal aferidas foram utilizadas para calcular o IMC através da fórmula: $IMC = \text{Massa corporal (kg)} / \text{Altura}^2 \text{ (m)}^2$. O IMC foi utilizado para classificação nutricional segundo os pontos de corte da OMS (WHO, 1995) [IMC<18,5 kg/m², baixo peso; 18,5<IMC<24,9 kg/m², peso normal; IMC>24,9 kg/m², excesso de peso].

Os resultados foram apresentados como frequência de ocorrência (%), e a análise utilizou estatística descritiva e o teste Qui-Quadrado (programa SPSS; versão 17.0) comparando diferenças por sexo nas proporções das respostas. O nível de significância adotado foi de 95% (p<0,05).

Resultados

A amostra foi composta por 53 professores, todos com nível superior, sendo 56,6% mulheres e 43,4% homens. A idade média (desvio padrão) foi de 38,9 (8,5) anos. A maioria (58,5%) relatou ter renda familiar entre 5 a 9 SM (salário mínimo); 34% entre 10 a 20 SM; 3,8% entre 2 a 4 SM; e 3,8% ter renda superior a 20 SM; o SM à época da entrevista era de R\$ 350,00. Não houve diferença estatisticamente significativa entre as três escolas e entre os sexos para estas variáveis.

A classificação do IMC aponta 46,2% de professores eutróficos, 44,2% com sobrepeso e 9,6% obesos, sem diferença significativa por sexo (p>0,05).

A prevalência de DCNT auto-referidas pelos professores divididos por sexo e tipo de DCNT está apresentada na tabela 1.

Tabela 1. Prevalência de DCNT auto-referidas dividido por sexo.

	Indicaram presença de uma ou mais DCNT	Principais DCNT reportadas		
	(%)	Hipertensão (%)	Diabetes (%)	Problemas cardiovasculares (%)
Masculino (n=23)	17,4	17,4	0	8,7
Feminino (n=30)	23,4	20	3,4	6,9
Total n=53	20,8	18,9	1,9	7,5

Doenças crônicas

Todos os professores com classificação nutricional de excesso de peso (sobrepeso e obesidade) afirmaram ter a presença de DCNT ($p < 0,01$).

Discussão

Com o desenvolvimento tecnológico e industrial ocorrido após a segunda guerra mundial, a sociedade passou a adquirir mais bens duráveis (automóveis, eletrodomésticos, geladeiras e televisores) e a necessidade de movimento físico para a realização de tarefas diárias diminuiu (POPKIN, 2001). Além disto, a disponibilidade de produtos alimentares processados tais como semi-prontos, enlatados, carnes, laticínios aumentou (MENDONÇA e ANJOS, 2004). Assim, a transição para o estilo de vida contemporâneo inclui a redução dos níveis de atividade física diária e o aumento do consumo de alimentos com maior densidade calórica e menos alimentos *in-natura* (POPKIN, 2001).

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, seguem o mesmo caminho dos países desenvolvidos, pois na medida em que suas economias se industrializam, há o aumento da prevalência da inatividade física e das dietas ricas em gordura, açúcares e alimentos refinados e redução do consumo de frutas, verduras, carboidratos complexos e fibras (MONDINI e MONTEIRO, 2000).

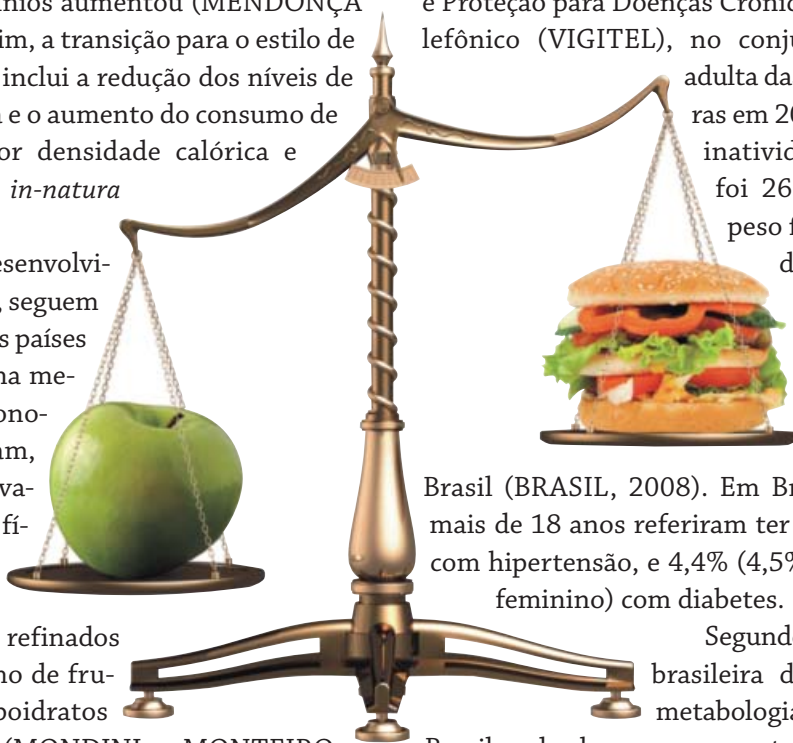
O processo de industrialização modifica os hábitos dos brasileiros. Há o aumento do consumo de comidas rápidas (*fast-food*), o maior número de refeições realizadas fora de casa, a diminuição do esforço com tarefas domésticas, aumento do uso de televisão e do computador como meio de lazer, e o aumento na frota de veículos automotivos para o transporte o que corrobora para o aumento da obesidade e o desenvolvimento das DCNT no país (MENDONÇA e ANJOS, 2004).

Este estudo aponta elevada prevalência de sobrepeso e obesidade, onde mais da metade dos professores estão com peso acima do adequado para sua

altura, sem diferenças estatisticamente significativas por sexo, no entanto, ocorreu uma tendência a ser menor no sexo masculino. Neste sentido, estudo realizado por inquérito telefônico nas capitais brasileiras apresentou maior prevalência de sobrepeso e obesidade em homens (47,3%) do que em mulheres (39,5%). A prevalência de excesso de peso, principalmente para o sexo masculino, pode ser explicada pelos hábitos alimentares, pois eles tendem a comer menos frutas e verduras e consumir mais carne e laticínios comparados com as mulheres (NEUMANN *et al.*, 2007; BRASIL, 2008). Segundo dados da Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), no conjunto da população adulta das 27 capitais brasileiras em 2008, a prevalência de inatividade física completa foi 26,3%, de excesso de peso foi 43,3% e de obesidade foi 13% (BRASIL, 2008). Em 2006 as DCNT foram responsáveis por 61% das mortes registradas no Brasil (BRASIL, 2008). Em Brasília, adultos com mais de 18 anos referiram ter sido diagnosticados com hipertensão, e 4,4% (4,5% masculino e 4,3 % feminino) com diabetes.

Segundo dados da sociedade brasileira de endocrinologia e metabologia (SBEM), até 2035 o Brasil pode chegar a apresentar 35% da população obesa. O aumento da obesidade tem afetado também as crianças; de 1975 a 1997 o percentual de crianças obesas aumentou de 3% para 15% (SBEM, 2005).

A prevalência de DCNT auto-referidas entre os professores não apresentou diferença estatisticamente significativa entre os sexos ($p < 0,05$). A hipertensão foi a mais frequentemente relatada, seguida por problemas cardiovasculares. A hipertensão é tanto resultante da adoção de hábitos não saudáveis, como é considerada fator de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares (WANG *et al.*, 2006). A inatividade física, a má alimentação, o hábito de fumar e de consumir bebidas alcoólicas acima do recomendado também são fatores de risco para o



desenvolvimento de DCNT (WHO, 2002).

A presença de DCNTS em parcelas produtivas do país deve servir de alerta e fomentar estudos e ações para reverter este quadro epidemiológico crescente.

Este estudo desenvolvido com professores possui como uma de suas limitações o fato de ter sido realizado através de seleção amostral por conveniência sem cálculo amostral, sendo considerada não-probabilística e limitando a extrapolação dos dados para a população de professores do DF. A amostra es-

tudada não pode ser considerada representativa da população de professores da rede pública do Distrito Federal apesar das similaridades apresentadas como nível sócio-econômico e escolaridade.

Outra limitação do estudo foi a utilização de questionário não validado para a coleta de alguns dados. Este aspecto dificulta a análise dos valores exatos apresentados para estas variáveis na população, entretanto, não compromete a análise das variáveis estudadas.

Referencias Bibliográficas

1. Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). 2003; Disponível em: <http://www.abep.org/codigosguias/ABEP_CCEB.pdf> Acesso 15 jun 2009.
2. Banco Mundial. Unidade de Gerenciamento do Brasil. Unidade de Gestão do Setor de Desenvolvimento Humano. Região da América Latina e do Caribe. Enfrentando o Desafio das Doenças Não Transmissíveis no Brasil. 15 de novembro de 2005. Relatório No. 32576-BR.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Inquérito domiciliar sobre comportamentos de risco e morbidade referida de doenças e agravos não transmissíveis: Brasil, 15 capitais e Distrito Federal 2002-2003. Rio de Janeiro: INCA, 2004.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Política Nacional de Promoção da Saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção em Saúde. O desenvolvimento econômico brasileiro. Petrópolis: Editora Vozes/Ijuí: Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado; 1991.
5. Ministério da Saúde. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
6. Lessa, Inês. Doenças crônicas não-transmissíveis no Brasil: um desafio para a complexa tarefa da vigilância. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2004, vol.9, n.4 ISSN 1413-8123.
7. Mondini L, Monteiro CA. Mudanças no padrão de alimentação. In: Monteiro CA, organizador. Velhos e novos males da saúde do país. São Paulo: Editora Hucitec/Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde, Universidade de São Paulo; 2000. p. 79-89.
8. Neumann AICP, Martins IS, Marcopito LF, Araujo EAC. Padrões alimentares associados a fatores de risco para doenças cardiovasculares entre residentes de um município brasileiro. *Rev Panam Salud Publica*. 2007; 22(5):329-39.
9. Popkin BM. The nutrition transition and obesity in the developing world. *J Nutr*. 2001; 131:871S-3S.
10. Sociedade Brasileira De Endocrinologia E Metabologia. Prevenção e tratamento da obesidade infantil. Disponível em: <<http://www.endocrino.org.br/oqtrata>>. Acesso em 20 jun 2007.
11. World Health Organization. Obesity: preventing and managing the global epidemic. Geneva. World Health Organization; 2000.
12. World health Organization (WHO). Global strategy on diet, physical activity and health. [57th World Health Assembly]. Geneva: WHO, 2004.
13. World health Organization (WHO). Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases. Report of a Joint WHO/FAO. Expert Consultation. Geneva: World Health Organization. [WHO Technical Report Series, 916], 2003. Disponível em: <<http://www.who.int/dietphysicalactivity/en/>>. Acesso em 12 fev. 2008.

Mutação constitucional



supremo tribunal federal – sede do poder judiciário

Evilasio Vitorino de Castro Assunção,
Especialista em Administração Judiciária, pela Fundação Getúlio Vargas, Professor da Faculdade Mauá de Brasília.

Resumo:

Este trabalho tratará da normatização de fenômenos pelos quais os textos constitucionais são alterados sem revisões ou emendas. Há autores que sustentam, com fundamento em Burdeau¹, que, além do poder constituinte originário e do poder constituinte derivado, existe uma terceira modalidade, o poder constituinte difuso, responsável pelas *mutações constitucionais*, que são os processos informais de modificação da própria Constituição. Sem alterar o enunciado formal, a letra do texto constitucional, modifica-se o entendimento da norma constitucional.



Evilasio Vitorino
de Castro Assunção
Faculdade Mauá
de Brasília
evilasio@mauadf.com.br

Introdução

O poder constituinte difuso é o responsável pelas mutações constitucionais, os processos informais de alteração da constituição; sem mudar o enunciado formal, modifica o entendimento da norma constitucional.

A constituição possui um aspecto dinâmico, isto é, vai se adequando à própria realidade. Deve-se observar que a realidade está em constante alteração, surgem novas concepções sociais, políticas, econômicas e ideológicas que influenciam não o texto formal da constituição, mas seu significado. Nesse sentido, a mutação constitucional é o fenômeno de alteração da constituição sem a necessidade de recorrer à emenda de seu texto,

derivando tal fenômeno de um redimensionamento da própria realidade normativa da constituição, do seu significado, o que ocorre por meio da interpretação.

Trata-se, assim, de um processo informal de alteração da lei maior que se faz de modo difuso, adaptando o significado do texto à própria realidade.

Mutação constitucional

É o fenômeno pelo qual os textos constitucionais são alterados sem revisões ou emendas. A rigidez da Constituição Federal de 1988 está prevista no art. 60, cujo § 2º, por exemplo, estabelece um *quorum* de votação de 3/5 dos membros de cada Casa Legislativa, em dois turnos, para aprovação das emendas consti-

Mutação constitucional

tucionais. Em contraposição, apenas para aclarar mais a situação destacada, a votação das leis ordinárias e complementares dá-se em um único turno de votação (art. 65), com *quorum* de maioria simples (art. 47) e absoluta (art. 69), respectivamente para lei ordinária e complementar. Outra característica definidora da rigidez da CF/88 está prevista nos incisos I, II e III do art. 60, que estabelecem iniciativa restrita: a) de 1/3, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; b) do presidente da República; e c) de mais da metade das assembleias legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela *maioria relativa* de seus membros, enquanto a iniciativa das leis complementares e ordinárias é *geral*, de acordo com o art. 61.

O poder constituinte difuso é aquele que atua na etapa da *mutação constitucional*, competindo-lhe alterar os preceitos constitucionais informalmente, ou seja, sem revisões nem emendas. É chamado *difuso* porque não vem formalizado nas constituições. Mesmo assim, está presente na vida dos ordenamentos jurídicos. Fazendo uma comparação: enquanto o *poder originário* é a *potência* que faz a constituição, e o *poder derivado*, a *competência* que a reformula, o *poder difuso* é a *força invisível* que a altera, mas sem mudar-lhe uma vírgula sequer ². Sua natureza é *fática*, brotando do fato social, político, econômico e ideológico, pois surge espontaneamente na vida constitucional dos Estados.

Suas características podem ser assim descritas: **latente, permanente, informal e contínuo.**

- **Latente** – apresenta-se em estado de *latência*, daí ser um *poder invisível*, apenas aparece quando necessário, para ser exercido pelos órgãos constitucionais, aos quais compete aplicar a constituição, interpretando-a, escandindo-a se preciso for, a fim de dar-lhe efetividade;
- **Permanente** – o poder difuso não é menos real do que aquele que atua na etapa de criação e mudança formal das constituições federais e estaduais. Sua ação é permanente e o seu procedimento não vem consagrado de modo expresse, embora atribua às constituições feições novas, outrora não contempladas quando da feitura dos seus preceptivos;
- **Informal** – o poder difuso não é inicial, autônomo nem incondicionado. Também não é secundário, limitado ou, sequer, condicionado. Não vem previsto pelos mecanismos instituídos na ordem jurídica, porque é *informal*, ou seja, não promana da linguagem prescritiva do legislador constituinte. As praes constitucionais advêm desse contexto, abrangendo as convenções, os usos e os costumes; e
- **Contínuo** – o poder difuso emerge, com vigor, nos casos de lacunas constitucionais, em que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário têm a missão, se não o dever sacrossanto, de fazer valer a constituição. Daí o caráter de *continuidade* do poder difuso; pois, nos casos de vazios normativos, ele permite que a obra do constituinte inicial e a do reformador sejam complementadas por meio da interpretação e até dos usos e costumes. Assim, os poderes públicos *continuam* a obra do constituinte originário, preenchendo os espaços em branco do produto constitucional normatizado.

O autor constitucionalista Pedro Lenza, em sua obra *Direito Constitucional Esquematizado*, descreve que:

“Buscando a sua origem na doutrina alemã, Uadi Lammêgo Bulos denomina *mutação constitucional* ‘... o processo informal de mudança da constituição, por meio do qual



Supremo Tribunal Federal – Plenário

² Bulos, Uadi Lammêgo. *Direito Constitucional ao Alcance de Todos*. Ed. Saraiva. 2009. Pág. 66.

Mutação constitucional

*são atribuídos novos sentidos, conteúdos até então não ressaltados à letra da constituição, quer através da interpretação, em suas diversas modalidades e métodos, quer por intermédio da construção (construction), bem como dos usos e dos costumes constitucionais’.*³

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário n. 331.303 - AgRg/PR - Relator Ministro Sepúlveda Pertence, assim entendeu:

*“O Supremo Tribunal Federal empreendeu uma mutação constitucional, via método evolutivo, do inciso XI do art. 5º da Carta Maior, ao concluir que a palavra **casa**, nele inserida, não é apenas a residência, mas todo local que alguém ocupa com exclusividade”.*⁴ (grifo meu)

Para enriquecer o tema, nessa linha de entendimento, o constitucionalista Pedro Lenza apresenta, na sua augusta obra, exemplos do fenômeno da mutação constitucional, *in verbis*:

“... valendo-nos do Código Penal brasileiro, apenas para ilustrar: antes do advento da Lei n. 11.106/2005, os arts. 215, 216 e 219 do CP traziam a expressão ‘mulher honesta’. Quando falamos que este termo sofreu uma mutação interpretativa, não queremos dizer que o artigo em si foi alterado, mas, sim, que o conceito de ‘mulher honesta’, ao longo do tempo, levando em consideração os padrões aceitos pela sociedade da época, adquiriu significados diversos. ‘Mulher honesta’ no começo do século XX tinha determinado significado, diverso do que adquire a ‘mulher honesta’ dos dias atuais. ‘Mulher honesta’ em uma cidade talvez tenha um significado diverso do que adquire em cidade de outra localidade”.

*Como visto, essa **evolução** da sociedade, que vinha sendo percebida pelo*

Judiciário, sensibilizou o legislador, que revogou por meio da Lei n. 11.106/2005 diversos dispositivos do CP, como os citados, que faziam menção à figura da ‘mulher honesta’. (grifo meu)

Destacamos, como manifestação do papel do hermeneuta, a Constituição dos EUA, que foi tantas vezes reinterpretada, sem, contudo, alterar-se, fisicamente, o seu texto.

Um outro bom exemplo de mutação constitucional, lembrado por Olavo Alves Ferreira, foi o cancelamento da Súmula 394 do STF, modificando o entendimento sobre a matéria.

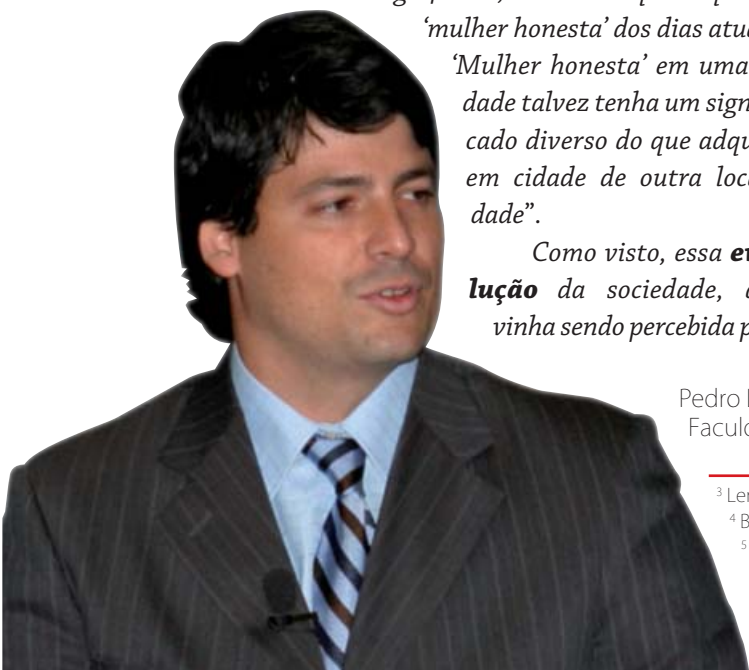
Podemos destacar, ainda, as diversas interpretações dadas pelo STF ao instituto da ‘quarentena de entrada’ (art. 93, I), à vedação da progressão de regime prevista na Lei de Crimes Hediondos, à anencefalia, à competência trabalhista para julgar ações de indenização decorrentes de acidente de trabalho etc.

*Assim, o que nos interessa observar com este tema é que quando falamos em ‘mutações constitucionais’ estamos nos referindo a uma reinterpretação da norma, sem, contudo, alterar o texto constitucional, que permanece o mesmo.*⁵

O ilustre professor J. J. Gomes Canotilho, na sua magna obra *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, quando tratou da mutação constitucional, assim expressou:

*“... O esquema conceitual acabado de esboçar permite-nos abordar criticamente o problema das transições ou mutações constitucionais (Verfassungswandlungen). Antecipando alguma coisa do que será dito a propósito da revisão da constituição, considerar-se-á como **transição constitucional** a revisão informal do compromisso político formalmente plasmado na constituição sem alteração do texto constitucional. Em termos incisivos: **muda o sentido sem mudar o texto**.*

*A **alteração constitucional** (Verfassungsänderung) consiste na revisão formal do*



Pedro Lenza, advogado, mestre e doutorando pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco - USP

³ Lenza, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. Ed. Saraiva. 12ª edição. 2008. Pg. 68.

⁴ Bulos. Uadi Lammêgo. *Direito Constitucional ao Alcance de Todos*. Ed. Saraiva. 2009. Pág. 68.

⁵ Lenza, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. Ed. Saraiva. 12ª edição. 2008. Pg. 68/69.

Mutação constitucional

compromisso político, acompanhada da alteração do próprio texto constitucional.

O problema que agora se nos põe é o de saber se, através da interpretação da constituição, podemos chegar aos casos-limite de mutações constitucionais ou se, pelo menos, a mutação constitucional não deve transformar-se em princípio <<normal>> da interpretação (K. Stern). Já atrás ficou dito que a rigorosa compreensão da estrutura normativo-constitucional nos leva à exclusão de mutações constitucionais operadas por via interpretativa. Neste momento, tentar-se-á precisar melhor o problema da chamada **mutação normativa**.

A rejeição da admissibilidade de mutações constitucionais por via interpretativa não significa qualquer aval a um entendimento da constituição como um texto estático e rígido, completamente indiferente às alterações da realidade constitucional. Pese embora o exagero da formulação, há alguma coisa de exacto na afirmação de Loewenstein, quando ele considera que uma <<constituição não é jamais idêntica a si própria, estando constantemente submetida ao pantha rei heraclitiano de todo o ser vivo>>. Todavia, uma coisa é admitirem-se alterações do âmbito ou esfera da norma que ainda se podem considerar susceptíveis de serem abrangidas pelo programa normativo (Normprogramm), e, outra coisa, é legitimarem-se alterações constitucionais que se traduzem na existência de uma realidade constitucional inconstitucional, ou seja, alterações manifestamente incomportáveis pelo programa da norma constitucional. Uma constituição pode ser flexível sem deixar de ser firme. A necessidade de uma permanente adequação dialéctica entre o programa normativo e a esfera normativa justificará a aceitação de transições constitucionais que, embora traduzindo a mudança de sentido de algumas nor-

mas provocado pelo impacto da evolução da realidade constitucional, não contrariam os princípios estruturais (políticos e jurídicos) da constituição. O reconhecimento destas **mutações constitucionais silenciosas** (stille Verfassungswandlungen) é ainda um acto legítimo de interpretação constitucional. Por outras palavras que colhemos em K. Stern: a mutação constitucional deve considerar-se admissível quando se reconduz a um problema normativo-endogenético, mas já não quando ela é resultado de uma evolução normativamente exogenética.

Problema mais complicado é o que se levanta quando existe uma radical mudança de sentido das normas constitucionais (exs.: considerar que, no art. 53º, se incluíam no conceito de justa causa de despedimento, os despedimentos por motivos económicos objectivos; admitir que no art. 36.º/1 estão previstos os casamentos entre pessoas do mesmo sexo).

Perspectiva diferente se deve adoptar (sic) quanto às tentativas de legitimação de uma interpretação constitucional criadora que, com base na força normativa dos factos, pretenda <<constitucionalizar>> uma alteração constitucional em inequívoca contradição com a constitutio scripta. Algumas concepções que defendem a ideia de constituição como concentrado de princípios, concretizados e desenvolvidos na legislação infraconstitucional, apontam para a necessidade da interpretação da constituição de acordo com as leis, a fim de encontrar um mecanismo constitucional capaz de salvar a constituição em face da pressão sobre ela exercida pelas complexas e incessantemente mutáveis questões económico-sociais. Esta leitura da constituição de baixo para cima, justificadora de uma nova compreensão da constituição a partir das leis infraconstitucionais, pode conduzir à derrocada interna da constituição por obra

José Joaquim Gomes Canotilho, Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, na qual foi Vice-Reitor e Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito.



Mutação constitucional

*do legislador e de outros órgãos concretizadores, e à formação de uma constituição legal paralela, pretensamente mais próxima dos momentos <<metajurídicos>> (sociológicos e políticos). Reconhece-se, porém, que entre uma mutação constitucional obtida por via interpretativa de desenvolvimento do direito constitucional e uma mutação constitucional inconstitucional há, por vezes, diferenças quase imperceptíveis, sobretudo quando se tiver em conta o primado do legislador para a evolução constitucional (B. O. Bryde: Verfassungsentwicklungsprimat) e a impossibilidade de, através de qualquer teoria, captar as tensões entre a constituição e a realidade constitucional.*⁶

Para enriquecer ainda mais o pensamento verbalizado pelo professor J. J. Gomes Canotilho sobre a frase “**muda o sentido sem mudar o texto**”, o douto Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Ferreira Mendes, em seu livro *Curso de Direito Constitucional*, assim reportou com muita propriedade:

“... No caso específico das Cartas Políticas, essas novas compreensões da fala constitucional mais não fazem do que exprimir o modo como os seus operadores, imersos em concretas situações hermenêuticas, vão transformando o direito legislado em direito interpretado, a compasso das alterações no prisma histórico-social de concretização dos mandamentos constitucionais. Por isso, se por mutação constitucional se entender, apenas, a alteração do sentido de um texto em razão da

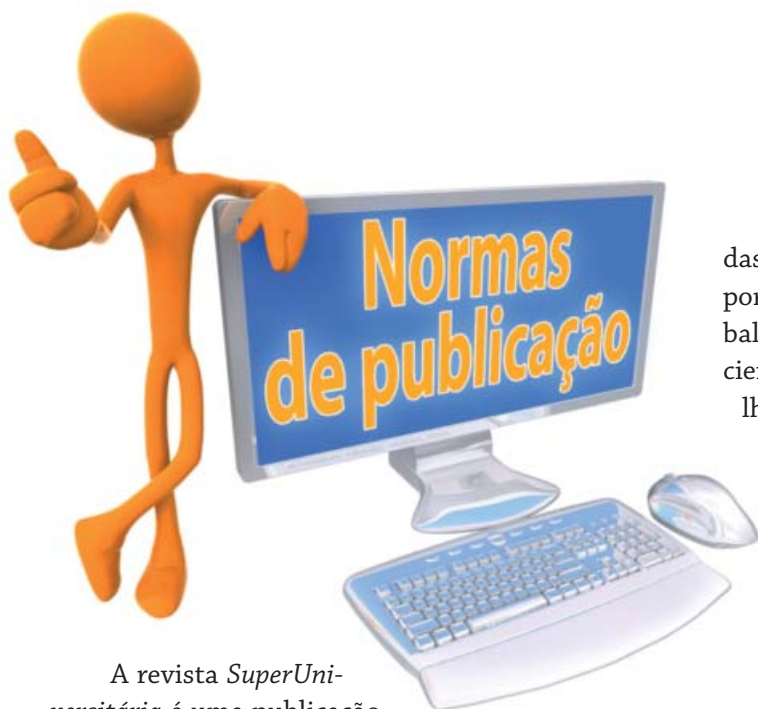
modificação do contexto, então se pode afirmar que, a rigor, não há diferença substancial entre limites da interpretação constitucional e limites da mutação constitucional, porque não existe diferença entre mutações constitucionais e variações de interpretações constitucionais, não passando esses dois pares de expressões de vocábulos distintos com que nos referimos a uma só e mesma coisa, ou seja, às novas leituras – novas leituras, nada mais que isso – de um mesmo texto constitucional, em decorrência de uma causa comum, isto é, das transformações da realidade constitucional subjacente. Duas realidades, e não apenas duas quantidades, iguais a uma terceira, são iguais entre si. O mesmo não se poderá dizer, no entanto, se considerarmos que as transições ou mutações constitucionais são fenômenos muito mais complexos, decorrentes de múltiplos fatores, e não simples modificações de significado de textos que, apesar disso, permanecem intactos em sua primitiva configuração verbal, como explicado por Gomes Canotilho em frase lapidar – ‘muda o sentido sem mudar o texto’.”⁷

Conclusão

Conclui-se, então, que as mutações constitucionais resultam do **evoluir** dos costumes, dos valores da sociedade, das pressões exercidas pelas novas exigências econômico-sociais que terminam por ensejar a atualização do modo de enxergar e interpretar uma regra constitucional, sob pena de a Constituição permanecer em pleno descompasso com os valores sociais prevalentes no seio da nação.

Referencias Bibliográficas

1. Bulos. Uadi Lammêgo. *Direito Constitucional ao Alcance de Todos*. Ed. Saraiva. 2009.
2. Canotilho. J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Ed. Almedina. 7ª edição. 2003.
3. Lenza. Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. Ed. Saraiva. 12ª edição. 2008.
4. Mendes. Gilmar Ferreira. *Curso de Direito Constitucional*. Ed. Saraiva. 3ª edição. 2008.



A revista *SuperUniversitária* é uma publicação com periodicidade bimestral e está aberta para a publicação e divulgação de artigos científicos das áreas relacionadas à educação superior.

Os autores que desejarem colaborar em alguma das seções da revista podem enviar sua contribuição (em arquivo eletrônico/e-mail) para nossa redação. Fica entendido que isto não implica na aceitação do mesmo, o que será notificado ao autor.

Serão aceitas propostas nas seguintes condições

São trabalhos resultantes de pesquisa científica apresentando dados originais de descobertas com relação a aspectos experimentais ou observacionais, e inclui análise descritiva e/ou inferências de dados próprios. Sua estrutura é a convencional que traz os seguintes itens: Introdução, Material e métodos, Resultados, Discussão e Conclusão.

Texto: Recomendamos que não seja superior a 12 páginas, formato A4, fonte English Times (Times Roman) tamanho 12, com todas as formatações de texto, tais como negrito, itálico, sobre-escrito, etc.

Tabelas: Considerar no máximo seis tabelas, no formato Excel/Word.

Figuras: Considerar no máximo 8 figuras, digitalizadas (formato .tif ou .gif) ou que possam ser editados em Power-Point, Excel, etc.

Bibliografia: É aconselhável no máximo 50 referências bibliográficas.

Os critérios que valorizarão a aceitação dos trabalhos serão o de rigor metodológico científico, novidade, originalidade, concisão da exposição, assim como a qualidade literária do texto.

Artigos de Revisão

Serão os trabalhos que versem sobre alguma das áreas relacionadas à educação superior, que têm por objeto resumir, analisar, avaliar ou sintetizar trabalhos de investigação já publicados em revistas científicas. Quanto aos limites do trabalho, aconselha-se o mesmo dos artigos originais.

1. Normas gerais

- 1.1 Os artigos enviados deverão estar digitados em processador de texto (Word), em página de formato A4, formatado da seguinte maneira: fonte Times Roman (English Times) tamanho 12, com todas as formatações de texto, tais como negrito, itálico, sobrescrito, Tabelas images etc.
- 1.4 As seções dos artigos originais são estas: resumo, introdução, material e métodos, resultados, discussão, conclusão e bibliografia. O autor deve ser o responsável pela tradução do resumo para o inglês e também das palavras-chave (*key-words*). O envio deve ser efetuado em arquivo, por e-mail.

2. Página de apresentação

A primeira página do artigo apresentará as seguintes informações:

- Título em português, inglês e espanhol.
- Nome completo dos autores, com a qualificação curricular e títulos acadêmicos.
- Local de trabalho dos autores.
- Autor que se responsabiliza pela correspondência, com o respectivo endereço, telefone e E-mail.
- Título abreviado do artigo, com não mais de 40 toques, para paginação.
- As fontes de contribuição ao artigo, tais como equipe, aparelhos, etc.

3. Resumo e palavras-chave (*Abstract, Key-words*)

Na segunda página deverá conter um resumo (com no máximo 150 palavras, seguido da versão em inglês e espanhol).

O conteúdo do resumo deve conter as seguintes informações:

- Objetivos do estudo.
 - Procedimentos básicos empregados (amostra
- Em seguida os autores deverão indicar quatro palavras-chave para facilitar a indexação do artigo.



Artes Visuais



Direção



Administração



Colégio e Faculdade

www.mauadf.com.br

MAUA

MAUA



Educação física



Leito



Letras

MAUÁ

www.mauadf.com.br
tel.: 3397-5251



Editora
Saraiva